

NE300 Participações S.A.

☑ **Demonstrações financeiras em**
☑ **31 de dezembro de 2023**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas, em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 e relatório do auditor independente.

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa – método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Av. Engº Domingos Ferreira, 2.589 - Sala 104
51020-031 - Boa Viagem - Recife/PE - Brasil
Telefone +55 (81) 3414-7950
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da
NE300 Participações S.A.
Recife – PE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da NE300 Participações S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da NE300 Participações S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 12 de abril de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC PE-000904/F-7



Diego Feliciano Irineu
Contador CRC 1SP223212/O-2

NE300 Participações S.A.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2023	2022	Passivo	Nota	2023	2022
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	152	34	Contas a pagar a empresa ligada	17 (c)	56	26
Dividendos a receber	17 (b)	235	320	Tributos a pagar		6	7
Tributos a recuperar	6.5	303	403	Total do passivo circulante		62	33
Total do ativo circulante		690	757	Não circulante			
Não circulante				Tributos a pagar	12	153	9.462
Realizável a longo prazo				Provisão para contingências	13	-	324
Depósitos judiciais	9	773	10.442	Total do passivo não circulante		153	9.786
Contas a receber	10	48	465	Patrimônio líquido	14		
Outros ativos		-	58	Capital social		37.272	37.272
Total do realizável a longo prazo		821	10.965	Prejuízos acumulados		(6.305)	(5.698)
Investimentos	11	29.671	29.671	Total do patrimônio líquido		30.967	31.574
Total do ativo não circulante		30.492	40.636	Total do passivo e patrimônio líquido		31.182	41.393
Total do ativo		31.182	41.393				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NE300 Participações S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Resultado da equivalência patrimonial	11.2	(2.718)	1.129
Ganhos de participação em investimento	11.2	<u>1.976</u>	<u>582</u>
		(742)	1.711
Despesas administrativas			
Despesas gerais	15	(1.410)	(666)
Reversão de perdas esperadas de crédito		282	-
Reversão de provisão para contingências		<u>140</u>	<u>-</u>
Lucro (prejuízo) operacional		(1.730)	1.045
Receitas financeiras	6.1	1.187	141
Despesas financeiras		<u>(64)</u>	<u>(15)</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		<u>(607)</u>	<u>1.171</u>
Ações em circulação no final do exercício (em milhares)		<u>37.272</u>	<u>37.272</u>
Lucro líquido (prejuízo) por lote de mil ações do capital social no fim do exercício – R\$		<u>(16,29)</u>	<u>31,42</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NE300 Participações S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	2023	2022
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	<u>(607)</u>	<u>1.171</u>
Outros componentes do resultado abrangente	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>(607)</u></u>	<u><u>1.171</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NE300 Participações S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Lucros (prejuízos) acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021	37.272	(6.869)	30.403
Lucro líquido do exercício	<u>-</u>	<u>1.171</u>	<u>1.171</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2022	37.272	(5.698)	31.574
Prejuízo do exercício	<u>-</u>	<u>(607)</u>	<u>(607)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>37.272</u>	<u>(6.305)</u>	<u>30.967</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NE300 Participações S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(607)	1.171
<i>Ajustes:</i>			
Resultado da equivalência patrimonial	11.2	2.718	(1.129)
Ganhos de participação em investimento	11.2	(1.976)	(582)
Reversão de provisão para contingências		(140)	-
Reversão de provisão para perdas esperadas de crédito		(282)	-
Baixa de contas a receber e participações em investimentos		282	-
Juros sobre tributos a recuperar e depósitos judiciais		(261)	(113)
Variações nos ativos e passivos			
Tributos a recuperar		128	911
Outros ativos		58	-
Depósitos judiciais		409	-
Contas a pagar a empresa ligada		30	19
Tributos a pagar		(1)	1
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		358	278
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Integralização de capital em coligadas	11.2	(4.225)	(4.245)
Recebimento por redução de capital de coligadas		417	134
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos		3.568	2.898
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(240)	(1.213)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		118	(935)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		34	969
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		152	34

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A NE300 Participações S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída e sediada no Recife-PE, e tem como objeto social a participação societária em outras sociedades e empreendimentos empresariais, assim como o investimento, a administração e a locação de bens móveis e imóveis.

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria da Companhia em 12 de abril de 2024.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras, as quais foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, estão apresentadas na Nota 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são preparadas e apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração pode utilizar julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos, estimativas e premissas

Não há julgamentos críticos, estimativas e premissas relevantes referentes às políticas e/ou transações contábeis adotadas que apresentem efeitos relevantes sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

6 Resumo das principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

6.1 Receitas e despesas financeiras

A receita e despesa financeira são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

As receitas financeiras referem-se substancialmente a rendimentos de aplicações financeiras, juros e atualizações sobre tributos a recuperar e depósitos judiciais.

6.2 Despesas administrativas - Gerais

As despesas administrativas gerais referem-se principalmente a gastos compartilhados relativos à parcela do uso da infraestrutura administrativa mantida pelo Grupo JCPM (Nota 17), além de outras despesas necessárias para a condução das atividades da Companhia e estão registradas pelo regime de competência.

6.3 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente, quando aplicável, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

6.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

6.5 Tributos a recuperar

São mensurados pelo custo, atualizados monetariamente pela taxa SELIC, conforme previsto na legislação vigente, e não excedem ao valor esperado de realização. Referem-se a tributos recolhidos durante o exercício, os quais serão motivo de ressarcimento ou compensação com outros tributos federais devidos pela Companhia.

6.6 Depósitos judiciais

Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo ou do valor questionado judicialmente. Nessas situações, não havendo a possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão, esses depósitos são apresentados ao custo no ativo não circulante e atualizados monetariamente.

6.7 Investimentos em coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% com os direitos de voto. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas pós-aquisição é reconhecida na demonstração do resultado. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

6.8 Provisão para contingências

São reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

6.9 Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros como “ativos financeiros mensurados ao custo amortizado”, os quais são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, representados unicamente por principal e juros, não cotados em um mercado ativo, e estão apresentados no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados no ativo não circulante). As receitas com juros provenientes destes ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Esses ativos compreendem as aplicações financeiras, depósitos judiciais, contas a receber e outros ativos.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia não apresentava instrumentos financeiros derivativos. Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão avaliados ao custo amortizado não existindo avaliação sobre hierarquia de valor de justo e sem diferenças entre valor justo e valor contábil.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Esses passivos compreendem contas a pagar a empresa ligada.

6.10 Redução ao valor recuperável (Impairment)

Ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não identificou quaisquer indícios de “impairment” com relação aos seus ativos não financeiros.

7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. Não se espera que as seguintes normas novas e alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 03 e CPC 40);
- Passivo não circulante com covenants e Classificação de passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26);
- Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06).

8 Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Bancos – conta corrente	13	34
Aplicações financeiras (a)	139	-
	152	34

- (a) As aplicações em renda fixa referem-se a certificados de depósitos bancários e quotas em fundos de investimento, os quais possuem liquidez imediata e têm remuneração atrelada à variação dos certificados de depósito interfinanceiro - CDI.

9 Depósitos judiciais

Tendo em vista o questionamento quanto à legalidade e à constitucionalidade da cobrança de determinados tributos, e como consequência de questões trabalhistas, a Companhia ajuizou ações e efetuou depósitos em juízo dos valores questionados. Tais depósitos são correspondidos por provisão para contingências, nos casos em que as perdas são consideradas prováveis pelos assessores jurídicos da Companhia (Nota 13), ou por tributos a pagar, no passivo não circulante (Nota 12).

	2023	2022
PIS e COFINS – alargamento da base de cálculo (a)	460	9.779
Causas tributárias	208	563
Causas trabalhistas	105	100
	773	10.442

- a) Em 2023, a Companhia realizou a baixa de depósitos judiciais e os correspondentes saldos de tributos a pagar em razão do encerramento de processos, gerando um efeito de R\$ 786 mil no resultado do exercício.

10 Contas a receber

Em janeiro de 2019, foram aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária a redução de capital social com cancelamento das ações preferenciais detidas pela Companhia nas antes investidas Cyrela JCPM Empreendimento Imobiliário SPE S.A., no valor de R\$ 10.990, e VMSS Empreendimento Imobiliário S.A., no valor de R\$ 4.921, mediante devolução do valor dessas ações à Companhia. Em 31 de dezembro de 2023, ainda havia saldo a receber da Cyrela JCPM Empreendimento Imobiliário SPE S.A, no valor de R\$ 48 (2022 - R\$ 465).

11 Investimentos em coligadas

11.1 Informações sobre investimento em coligadas

	Participação %		Lucro líquido (prejuízo) do exercício		Patrimônio líquido		Investimento	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Coligadas								
Editora Jornal do Commercio Ltda.	35,93	37,86	(11.456)	(1.571)	16.470	15.426	5.918	5.840
TV e Rádio Jornal do Commercio Ltda.	29,22	29,22	(5.511)	(4.731)	23.101	23.112	6.751	6.755
Rádio JC FM Ltda.	18,98	18,98	(1.337)	(1.436)	1.226	1.413	233	268
JCPM Trade Center S.A.	32,04	32,04	9.824	9.756	48.987	49.066	15.695	15.721
Salvador Shopping S.A.	0,28	0,28	107.276	98.092	388.258	393.095	1.074	1.087
							29.671	29.671

As participações mantidas em coligadas são representadas por ações ordinárias, no caso de sociedades por ações, e por quotas representativas do capital das sociedades por quotas de responsabilidade limitada.

11.2 Movimentação dos investimentos em coligadas

Coligadas – 2023	Saldo inicial	Aumento de capital	Equivalência patrimonial	Ganho de participação (a)	Dividendos e juros sobre capital próprio	Saldo final
Editora Jornal do Commercio Ltda.	5.840	2.400	(4.298)	1.976	-	5.918
TV e Rádio Jornal do Commercio Ltda.	6.755	1.607	(1.611)	-	-	6.751
Rádio JC FM Ltda.	268	218	(253)	-	-	233
JCPM Trade Center S.A.	15.721	-	3.147	-	(3.173)	15.695
Salvador Shopping S.A.	1.087	-	297	-	(310)	1.074
Total coligadas – 2023	29.671	4.225	(2.718)	1.976	(3.485)	29.671
Total coligadas – 2022	26.831	4.245	1.129	582	(3.116)	29.671

- (a) Em 30 de dezembro de 2022, foi aprovada através da 6ª Alteração Contratual da coligada Editora Jornal do Commercio Ltda. e 26ª Alteração Contratual da coligada TV e Rádio Jornal do Commercio Ltda. aumento de capital de forma desproporcional entre os quotistas, quando a Companhia reduziu suas participações nessas investidas, respectivamente, de 38,38% para 37,86% e de 30,00% para 29,22%. Em decorrência dos prejuízos acumulados nesta data, essas diluições resultaram em ganho para a Companhia.

Em 30 de dezembro de 2022, foi aprovada através da 8ª Alteração Contratual da coligada Rádio JC FM Ltda. o aumento de capital de forma desproporcional entre os quotistas, quando a Companhia aumentou sua participação nessa investida de 16,93% para 18,98%. Em decorrência dos prejuízos acumulados nesta data, esse acréscimo resultou em perda para a Companhia.

Em 29 de dezembro de 2023, foi aprovada através da 8ª Alteração Contratual da coligada Editora Jornal do Commercio Ltda. aumento de capital de forma desproporcional entre os quotistas, quando a Companhia reduziu sua participação nessa investida, de 37,86% para 35,93%. Em decorrência dos prejuízos acumulados nesta data, essa diluição resultou em ganho para a Companhia.

12 Tributos a pagar - Passivo não circulante

Em 2023, o saldo no montante de R\$ 153 (2022 – R\$ 9.462), refere-se a valores de PIS e COFINS sobre receitas financeiras, questionados judicialmente, atualizados monetariamente pela taxa SELIC e correspondidos por depósitos judiciais (Nota 9), registrados no ativo não circulante.

13 Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, avaliou não existir processos avaliados como provável de perda, portanto, reverteu a provisão para contingências tributárias constituída em anos anteriores. Em 2022, a Companhia possuía uma provisão, no montante de R\$ 324, em processos avaliados como provável de perda.

14 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 está representado por 37.271.488 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

b. Reserva de lucros

Quando aplicável, a reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

c. Distribuição de dividendos

Quando aplicável, aos acionistas é assegurado, estatutariamente, um dividendo mínimo obrigatório de 12% do lucro líquido do exercício ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. O estatuto da Companhia autoriza previamente a distribuição de dividendos conforme o proposto pela administração.

15 Despesas administrativas

	2023	2022
Compartilhamento da estrutura do Grupo (Nota 17)	(509)	(222)
Baixa de contas a receber e participações em investimentos	(282)	-
Serviços prestados	(231)	(153)
Aluguel de imóveis	(153)	(153)
Pró-labore	(94)	(86)
Demandas trabalhistas	(23)	-
Outras	(118)	(52)
	(1.410)	(666)

16 Imposto de renda e contribuição social

Os encargos do imposto de renda e da contribuição social foram calculados com base no lucro real, entretanto não foram apuradas bases positivas para esses tributos.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía, em seus registros fiscais, prejuízos a compensar relacionados ao imposto de renda, no montante de R\$ 3.270 (2022 – R\$ 3.181), e bases negativas de contribuição social, no montante de R\$ 3.270 (2022 – R\$ 3.181), ambos não reconhecidos contabilmente em função da incerteza da necessidade de utilização desses créditos nos próximos exercícios.

17 Saldos e transações com partes relacionadas

a) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração está representado pelos diretores, cuja remuneração anual paga ou provisionada corresponde ao pró-labore e aos salários e encargos, no montante de R\$ 174 (2022 - R\$ 99). Os salários e encargos são atribuídos a companhia por meio de compartilhamento de despesas.

b) Dividendos a receber

	2023	2022
JCPM Trade Center S.A.	235	320
Total	235	320

c) Contas a receber com partes relacionadas

A Companhia é parte integrante de um grupo de empresas, denominado Grupo JCPM, que atua de forma integrada e os benefícios das estruturas operacional e administrativa são atribuídos a cada empresa, segundo a razoabilidade das suas operações (Nota 15).

As contas a pagar a empresa ligada, JCPM Shopping S.A., no valor de R\$ 56 (2022 – R\$ 26), referem-se à parcela em aberto que cabe à Companhia no compartilhamento das estruturas operacional e administrativa do grupo econômico no qual está inserido.

* * *